



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
GABINETE DO DES. SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES

ACÓRDÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 0000675-47.2015.815.0000 – 10ª Vara Cível da Capital.

RELATOR: Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides.

AGRAVANTE: Braskem S/A.

ADVOGADO: Eraldo Ramos Tavares Junior

AGRAVADO: Pedro Manoel Soares

ADVOGADO: Adília Daniella Nóbrega Flor.

AGRAVO DE INSTRUMENTO — IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA — IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO — VALOR ESTIMATIVO — DEPENDENTE DE LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA — DESPROVIMENTO.

— Somente após a análise de mérito da ação pelo Judiciário e se procedente o pedido inicial, o valor unitário das ações será auferido, através da liquidação de sentença, momento em que se poderá ter uma idéia do montante supostamente a ser pago.

— Assim, quando a parte postula ou refere na inicial determinado valor a título de ações, tal valor deve sempre ser interpretado como estimativo e como mero parâmetro argumentativo a ser considerado pelo juiz na fixação do valor final. .

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS estes autos acima identificados.

ACORDAM os integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por unanimidade, **em negar provimento ao recurso**.

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela empresa **Braskem Ltda** contra decisão de fls. 72/72v, da lavra da MM. Juiz da 10ª Vara Cível da Capital, proferida nos autos da Impugnação ao valor da causa interposta em sede de ação de cobrança, que julgou improcedente a presente impugnação, mantendo o valor da causa fixado nos autos principais.

A agravante requer, às fls.02/16, que a reforma integral da sentença para determinar que o agravado promova a adequação ao valor da causa para o real conteúdo econômico do feito no momento de sua distribuição, qual seja, R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais).

Informações, fl. 480.

Sem contrarrazões.

Parecer ministerial às fls. 482/484, opinando o *Parquet* pelo desprovimento do recurso, sendo mantida a decisão objurgada em todos os seus termos.

É o relatório.

VOTO.

Antes de tudo o mais, cumpre registrar que a impugnação ao valor da causa, por se tratar de incidente processual, tem procedimento específico e, sendo assim, o recurso de agravo deve ser interposto por instrumento. Nesta hipótese, a matéria em discussão na impugnação ao valor da causa não poderá ser conhecida em apelação, uma vez que neste recurso é cabível, tão-somente, a rediscussão de matérias referentes ao mérito da demanda principal, não podendo atacar o incidente. Corroborando este entendimento:

“PROCESSUAL CIVIL — AGRAVO DE INSTRUMENTO — IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA — AGRAVO DE INSTRUMENTO E NÃO RETIDO — 1. Agravo de instrumento contra decisão que julgou improcedente a impugnação ao valor da causa. 2. **O recurso cabível contra decisões que julgam a impugnação ao valor da causa é o agravo de instrumento e não retido.** 4. **Precedentes do eg. Superior Tribunal de Justiça** (REsp 403553) e deste eg. Tribunal Regional Federal da 2ª região (AC 261811). 5. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (TRF 2ª R. — AG 99.02.07059-0 — 8ª T. Esp. — Rel. Des. Fed. Raldênio Bonifácio Costa — DJU 11.04.2006 — p. 263)”

Por tais razões, entendo por não converter o agravo de instrumento em retido.

No tocante ao mérito do recurso, a sua vez, exsurge dos autos que não assiste razão ao recorrente.

Aduz o agravante que o agravado atribuiu ao valor da causa a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) quando o valor seria R\$ 163.000,00, que é correspondente ao pagamento das dez mil ações no valor unitário de R\$ 16,39 (dezesesseis reais e trinta e nove centavos) pleiteadas.

O magistrado não acolheu tal argumento pelo fato de que somente após a análise de mérito da ação pelo Judiciário e se procedente o pedido inicial, o valor unitário das ações será auferido, através da liquidação de sentença, momento em que se poderá ter uma idéia do montante supostamente a ser pago.

Com efeito, verifica-se que o pedido do autor na peça inaugural da Ação de Cobrança apresenta um valor estimável, correspondente ao resgate das ações adquiridas e o pagamento relativo aos dividendos do período em questão.

Assim, quando a parte postula ou refere na inicial determinado valor a título de ações, tal valor deve sempre ser interpretado como estimativo e como mero parâmetro argumentativo a ser considerado pelo juiz na fixação do valor final.

O valor declinado pela parte na inicial, portanto, não impede o juiz de fixar valor menor ou valor maior na sentença, ou na liquidação, com base nos elementos colhidos durante a instrução do feito, sem que isso importe em julgamento fora ou aquém do pedido, e nem acarreta sucumbência recíproca, conforme tem decidido a jurisprudência, inclusive do C. STJ.

Sobre a matéria, o **Superior Tribunal de Justiça** assim entende, *in litteris*:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. VALOR DA CAUSA. CONTEÚDO ECONÔMICO DA DEMANDA. NECESSIDADE DE CORRESPONDÊNCIA. PARÂMETROS ADOTADOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ.

1. **O valor da causa deve corresponder ao conteúdo econômico da demanda, ou seja, ao êxito material perseguido pelo autor da ação.**

2. O Tribunal de origem entendeu que o valor da causa apontado pela autora não condizia com a vantagem econômica que pretendia auferir. Desse modo, modificar tal entendimento implicaria, necessariamente, reexame da matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 07/STJ. Precedentes.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no Ag 856602/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/06/2007, DJe **17/10/2008**)

Ante o exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, **NEGO PROVIMENTO** ao Agravo de Instrumento mantendo a decisão atacada em todos os seus termos.

É como voto.

Presidiu a sessão o Exmo. Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides. Participaram do julgamento, o Exmo. Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides (relator), o Exmo. Dr. Aluizio Bezerra Filho, Juiz Convocado para substituir o Exmo. Des. José Aurélio da Cruz, e a Exma. Desa. Maria das Graças Moraes Guedes.

Presente ao julgamento o Exmo. Dr. Alcides Orlando de Moura Jansen, Procurador de Justiça.

João Pessoa, 19 de novembro de 2015.

Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides
Relator



**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
GABINETE DO DES. SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES**

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 0000675-47.2015.815.0000 – 10ª Vara Cível da Capital.

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela empresa **Braskem Ltda** contra decisão de fls. 72/72v, da lavra da MM. Juiz da 10ª Vara Cível da Capital, proferida nos autos da Impugnação ao valor da causa interposta em sede de ação de cobrança, que julgou improcedente a presente impugnação, mantendo o valor da causa fixado nos autos principais.

A agravante requer, às fls.02/16, que a reforma integral da sentença para determinar que o agravado promova a adequação ao valor da causa para o real conteúdo econômico do feito no momento de sua distribuição, qual seja, R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais).

Informações, fl. 480.

Sem contrarrazões.

Parecer ministerial às fls. 482/484, opinando o *Parquet* pelo desprovidimento do recurso, sendo mantida a decisão objurgada em todos os seus termos.

É o relatório.

Inclua-se em pauta para julgamento.

João Pessoa, 30 de setembro de 2015.

Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides
Relator

